



EDUCAÇÃO

Senador Wilder pede mais atenção à Provinha Brasil

UNIÃO DE FORÇAS

No Ministério da Saúde, senador Wilder pede ajuda para o Araújo Jorge



CERRADO



Goiânia, SEXTA-FEIRA, 12 de agosto de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

ELBA RAMALHO E GERALDO AZEVEDO

Baião de dois no Fica



O BAIÃO DO NORDESTE

Elba Ramalho e Geraldo Azevedo são atração de encerramento do Fica 2016

JOÃO CARVALHO

Quem é cinéfilo e gosta de filmes com temáticas ambientais tem compromisso com a cidade de Goiás entre os dias 16 e 21 de agosto. Quem gosta de Geraldo Azevedo e Elba Ramalho tem o mesmo compromisso no dia 21. E quem apenas curte as belezas arquitetônicas e a ótima culinária da antiga capital do Estado também deve visitar a cidade nesses seis dias, quando será realizada mais uma edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica).

Entre os dias 16 e 21 acontece a 18ª edição do Fica, que tem foco na preocupação e no cuidado com o meio ambiente, com fóruns, oficinas, mostra competitiva e muitas atrações culturais. No último dia, além das esperadas premiações do festival, no show de encerramento do evento, o palco estará montado para show de Elba Ramalho e Geraldo Azevedo, na Praça de Eventos Beira Rio, a partir das 20h.

O tema deste ano do Fica é a sustentabilidade do Cerrado. O Festival trará uma novidade em 2016, que será a

promoção de um concurso de redação voltado para alunos da rede estadual de ensino da Cidade de Goiás, com o tema: "O que fica do Fica?". O estudante vencedor será premiado com uma viagem ao Rio de Janeiro, para conhecer o Museu do Amanhã.

Participarão da Mostra Competitiva 22 produções, selecionadas pelo Fica, com temas ambientais. Destes, 12 são estrangeiros, oriundos da França, Áustria, Alemanha, Bélgica, Índia, Irã e México; e dez, brasileiros. Entre os nacionais, quatro são goianos.

Também foram selecionadas 12 curtas de animação para Mostra Fica Animado.

Ao todo, 356 filmes foram inscritos, superando o número da edição de 2015. O júri que escolheu as curtas foi formado pelo presidente Rodrigo Cássio, Fabiana Assis, Marcelo Ribeiro, Rafael de Almeida e Thiago Lemos. A seleção foi realizada no Cine Cultura, entre os dias 7 de abril e 8 de maio.

A programação musical do Fica 2016 conta com 14 shows, sendo dez de música popular e quatro de música clássica. No show batizado de Um Encon-

tro Inesquecível, Elba e Geraldo Azevedo, que são parceiros há quase quatro décadas, se reúnem para contar um pouco dessa história de carinho e amizade, recheada de sucessos e canções memoráveis como O princípio do prazer, Veja Margarida, De volta pro aconchego e Você se lembra.

Juntos, Elba Ramalho e Geraldo Azevedo gravaram três edições do quarteto Grande Encontro, com os amigos Zé Ramalho e Alceu Valença, com quem viajaram o mundo, venderam milhares de discos e ganharam diversos prêmios.



DIVULGAÇÃO

CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

BrasíliaSenado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964**Goiânia**Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041**Editor**Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas**Reportagem**Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó**Capa**Juruva-verde
e esporão de galo

EDUCAÇÃO

Senador Wilder quer definição sobre 'Provinha Brasil'

WELLITON CARLOS

O senador Wilder Moraes disse ontem no Congresso Nacional em conversa com a imprensa que é preciso reavaliar as mudanças propostas pelo governo para a Provinha Brasil. O parlamentar se disse surpreso com as modificações apresentadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no último dia 8, mas que concorda com a reavaliação do instrumento que mensura a qualidade do ensino fundamental das escolas públicas.

De acordo com o Inep, a Provinha Brasil não terá versão impressa este ano devido as "restrições financeiras". Em nota, o Inep disse que o exame não será aplicado no ano que vem e será suspenso "até que sejam publicadas novas Matrizes de Referência para avaliação da alfabetização".

Os alunos do 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas são avaliados com este exame, que não é obrigatório. Atualmente, a avaliação é realizada duas vezes ao ano, com a aplicação de um exame no início e outro no final. O objetivo central é mensurar o aprendizado de português e matemática dos estudantes que passaram por, pelo menos, um ano de alfabetização.

De acordo com Wilder Moraes, o mecanismos de avaliação dos estudantes na entrada na vida acadêmica é fundamental. "Provinha Brasil antecipa os problemas, oferece uma possibilidade para mudarmos uma realidade de desempenho ruim em disciplinas como matemática e português", diz.

Segundo o Inep, a aplicação da Provinha Brasil não é obrigatória. Cabe, portanto, a adesão das secretarias de Educação. Todavia, o exame é utilizado para que a coordenação pedagógica e o professor tenham um diagnóstico do aprendizado das crianças.



RAFAELA FEIJÓ

Wilder observa que a Provinha oferece a possibilidade para mudar a realidade de desempenho ruim em algumas disciplinas

Diagnóstico deve ser feito enquanto há tempo de resgatar aluno

O senador Wilder afirma que os testes de matemática, por exemplo, são essenciais para que a coordenação da escola flagre o aluno com deficiências e dificuldades. "O sistema educacional brasileiro era bastante injusto, principalmente por conta da falta de diagnóstico e prognóstico. Não detectávamos quando o aluno estava com o desempenho ruim. Quando descobrimos, a situação já era de extrema negatividade, sendo difícil resgatar este aluno. A matemática é que nem um trem que passa na estação. Você não pode perdê-lo. Mas se isso ocorre, desde que seja rápida a

reação, é possível enviar um vagão até a próxima parada com este aluno que perdeu o trem".

O senador descreve metaforicamente que existem determinadas disciplinas mais complexas do que outras para se entender, o que demanda mais tempo de dedicação e planejamento. Daí a necessidade do Estado acompanhar de perto o desempenho dos estudantes no início de sua carreira. "É aqui no segundo, terceiro ano que você prepara o engenheiro, o advogado, o professor de português. Ele já sai aprendendo. Daí que acredito neste mecanismo de análise da situação do aluno", diz Wilder.

ação do aluno", diz Wilder.

De acordo com o Inep, a versão digital do material estará disponível no portal do Inep em 15 de agosto. As dúvidas serão respondidas pelo e-mail provinha.brasil@inep.gov.br.

Wilder diz que o Inep já suspendeu a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o teste aplicado em todo o país para alunos do 3º ano do ensino fundamental. "Queremos da mesma forma testes e análises do ciclo de alfabetização. Por isso, acredito, o Governo Federal terá que repensar e devolver para a sociedade uma alternativa", avalia.

BASE NACIONAL

Wilder diz que os teste aliados de novas mudanças poderão aprimorar ainda mais a educação infantil. Ele alerta que um fator impactará na avaliação do ensino fundamental: a definição da Base Nacional Comum Curricular.

Ela que definirá o que será ensinado na educação básica, desde o ensino infantil ao médio. "Esta Base é um documento importantíssimo. Já está na segunda versão. E vários seminários estaduais e municipais têm debatido sua função e modelo".

BRASÍLIA

Marconi garante 51 novos kits para emissão de Carteira de Trabalho Digital

A aquisição de 51 novos kits para Emissão da Carteira do Trabalho Digital foi assegurada pelo Governo de Goiás, após audiência do governador Marconi Perillo com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, realizada nesta quinta-feira, 11, em Brasília.

O governador avaliou a audiência como "muito positiva". O novo sistema de emissão da Carteira do Trabalho Digital assegura agilidade na entrega do documento por possibilitar a validação online dos dados do trabalhador junto ao sistema do PIS da Caixa Eco-

nômica Federal. A atualização das informações também contribui para evitar fraudes e dá mais segurança no pagamento de benefícios trabalhistas e previdenciários. A secretária de Cidadania e Trabalho, Leda Borges, participou da reunião.

Marconi e a secretária Leda Borges, no Ministério do Trabalho



ASSESSORIA/GOV.GO



RAFAELA FEIJÓ

Wilder e autoridades apresentaram o déficit financeiro do hospital: R\$ 22 milhões

TRATAMENTO CONTRA O CÂNCER

Senador Wilder se reúne com ministro da Saúde para discutir situação do Hospital Araújo Jorge

JOÃO CARVALHO

Referência em Goiás e no Brasil no tratamento de câncer, o Hospital Araújo Jorge, em Goiânia, sofre com a falta de recursos que asseguram milhares de atendimentos e de procedimentos realizados pelo SUS. Sabendo dessa triste realidade, o senador Wilder Moraes (PP) se encontrou na quarta-feira (10) com o ministro da Saúde, Ricardo Barros. Wilder apresentou ao ministro a grave situação financeira que vive o hospital, cuja excelência no tratamento de câncer atende a toda a região, ultrapassando a capital. Em decorrência da crise, o Governo Federal tem atrasado o pagamento da parte de custeio mensal que lhe compete, onerando a Prefeitura de Goiânia e o Governo Estadual e impedindo que vários procedimentos deixem de ser realizados.

Em conversa, o ministro Ricardo Barros se comprometeu com o senador a buscar medidas junto à equipe econômica do governo para a retomada dos pagamentos o mais rápido possível. Participaram da reunião o presidente da Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG), Dr. Paulo Moacir de Oliveira, a diretora da ACCG, Dra. Ângela Machado, o secretário de Saúde de Goiânia, Fernando Machado; e o vereador Anselmo Pereira, presidente da Câmara Municipal. Wilder e as autoridades que também participaram da reunião apresentaram o déficit financeiro do hospital, realidade que persiste há anos na unidade de saúde. São cerca de R\$ 22 milhões de déficit, o que gera problemas para os pacientes que buscam tratamento no hospital. O ministro Ricardo Barros se comprometeu em acelerar o trâ-

mite do pedido de aumento dos repasses. O ministro também apontou uma possível melhora nos próximos meses, uma vez que, a economia apresenta sinais de recuperação e como consequência, o aumento das receitas. Desta forma, os pedidos de custeio dos serviços públicos de saúde tendem a ter uma melhora, segundo informou o ministro. Wilder Moraes lamentou a situação vivida pelo Hospital do Câncer, lembrando que a unidade de saúde tem profissionais altamente qualificados e responsáveis por salvar milhares de pessoas todos os anos acometidas dessa doença, sendo uma referência nacional no diagnóstico e tratamento do câncer. O ministro Ricardo Barros aproveitou a reunião para apresentar ao senador Wilder o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa.

SENADOR WILDER NA MÍDIA

6 GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2016 WWW.DM.COM.BR Diário da Manhã

GOVERNO FEDERAL

Programa de Investimentos tem parecer de Wilder Moraes

Senador goiano é relator da MP 727, principal medida econômica do governo de Michel Temer. Proposta recebeu várias emendas nos últimos meses

Com várias emendas apresentadas e mudanças importantes, e após a realização de diversas audiências públicas, o senador Wilder Moraes (PP) apresentou, ontem, 10, no Senado Federal, o relatório pela admissibilidade e aprovação da Medida Provisória 727/2016, que permite a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), uma medida do governo do presidente Michel Temer (PMDB) que visa ampliar a participação da iniciativa privada em projetos de infraestrutura no País.

A MP tramitou em regime de urgência. O programa foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar "mais ágeis" as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado. O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa, segundo o governo, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir oferta de infraestrutura.

AMP 727 criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e também autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. O texto estabeleceu ainda como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra "de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento".

Ainda segundo o que prevê o projeto, o PPI é uma iniciativa que estabelece a composição de todos os empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado, sejam eles diretamente a cargo da União ou aqueles executados por outros entes federados mediante delegação ou com recursos da União.

Para dar o seu parecer favorável, MP o senador Wilder considerou aspectos técnicos e legais e apontou que essa medida tem caráter de urgência em razão da grave crise econômica enfrentada pelo País. "O grave momento atual demanda urgentes correções de curso que possam ajudar a tirar o País da forte recessão pela qual passamos. Uma delas é a PPI, que foi enviada ao Senado nos primeiros dias do atual governo", explicou Wilder.

OBSTÁCULOS

O senador também destacou a relevância do tema. Para ele, a MP 727, se aprovada, terá condições de ajudar o Brasil a superar obstáculos antigos que impedem o seu crescimento, que é justamente a criação de mecanismos para que a iniciativa privada possa executar ações que hoje são permitidas apenas ao Estado. Wilder defendeu que um país só consegue crescer se contar com uma infraestrutura minimamente adequada, no entanto, segundo ele, o ritmo de investimento nos últimos anos tem sido muito aquém do necessário, não apenas para atender as necessidades de uma economia que precisa expandir, como

até mesmo para repor a natural depreciação do capital.

Também no seu relatório, Wilder indicou que concorda, e defende, que há necessidade no Brasil de aportar um maior volume de recursos privados para a infraestrutura. No entanto, frisa ele, isso só será possível com a aprovação de regras de investimentos mais claras e justas, além de estruturas governamentais mais ágeis e integradas que lidem com o assunto.

Wilder destacou no seu relatório a importância de se atrair o investimento privado para o País, mas é preciso, segundo ele indicou, garantir segurança jurídica aos investidores, estabelecer regras estáveis, fortalecer o papel regulamentador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para poder expandir a oferta de infraestrutura.

O senador Wilder, com o seu relatório e após aprovação da Medida Provisória, acredita que haverá maior celeridade no processo de concessão e de parcerias com a iniciativa privada, além de ampliar a oferta de empregos e expandir a infraestrutura com tarifas e preços adequados. Ele também disse esperar que a MP elimine de vez os entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado, que acabam por atrapalhar as concessões e impedir o crescimento econômico do Brasil. Pelo texto, o PPI buscará a ampliação e o fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

Wilder Moraes decide parecer favorável à MP: parlamentar pontuou que medida tem caráter de urgência em razão da grave crise econômica enfrentada pelo País

Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir oferta de infraestrutura.

AMP 727 criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e também autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. O texto estabeleceu ainda como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra "de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento".

DM SAÚDE

Ministro da Saúde promete avaliar situação do Hospital Araújo Jorge

Governo federal tem atrasado o pagamento da parte de custeio mensal do Araújo Jorge

Em reunião no início da noite de ontem, no Ministério da Saúde, em Brasília, o presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Anselmo Pereira e o vereador Bernardo do Cais ouviram do ministro da saúde, Ricardo Barros, que o governo federal tem disposição em ajudar o Hospital Araújo Jorge durante o atual período crítico que vem passando.

Na comitiva que foi à reunião estavam também o senador goiano Wilder Moraes, o secretário municipal de saúde, Fernando Machado, o presidente da Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG) - responsável pela gestão do hospital - Paulo Moacir e integrantes da diretoria do Hospital Araújo Jorge.

Wilder apresentou ao ministro a grave situação financeira que vive o hospital, cuja excelência no tratamento de câncer atende a toda a região, ultrapassando a capital.

SENADO FEDERAL

Fale com o Senado

agência senado

Todas Tecnologia Social Política Economia Justiça Infraestrutura Meio Ambiente Internacional Mais+

Agenda Brasil Especial Cidadania Impeachment Jornal Rádio TV Imagens Vídeos Em Discussão Assessoria de Imprensa

Home Matérias Comissões

Administração Infraestrutura

Comissão votará relatório sobre Programa de Parcerias de Investimentos no dia 22

Da Redação | 10/08/2016, 16h50 - ATUALIZADO EM 10/08/2016, 19h45

Proposições legislativas

MPV 727/2016

A MP tramita em regime de urgência, e teve o prazo de vigência prorrogado até 8 de setembro. O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão mista, que tem como vice-presidente o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

PPI

O programa foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar "mais ágeis" as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa,

Primeira página

Acordo de Paris sobre o clima é aprovado e vai a promulgação

Três medidas provisórias têm prazo de vigência prorrogado

Senadores esperam que julgamento comece no dia 25

Avança tramitação de PEC que desvincula receitas da União

Dilma tem até sexta para apresentar contradição

Veja o andamento dos projetos integrantes da Agenda Brasil

Veja mais destaques

Últimas

11/08/2016 - 16h58 - Comissões: Fenômeno Trump é fruto de um mal-estar real, diz indicado para Embaixada nos EUA

11/08/2016 - 16h40 - Vídeo: Em debate na CQ, parlamentares divergem sobre projeto de redução da maioria penal

11/08/2016 - 16h35 - Comissões: Especialistas: redução da maioria penal é inconstitucional e não resolve violência

11/08/2016 - 15h47 - Áudio: CQ analisa alteração para a punição de adolescentes em crimes hediondos

11/08/2016 - 15h44 - Comissões: União Europeia precisa multar proposta agrícola para obter acordo com Mercosul, diz diplomata

jornal do senado 4 Brasília, quinta-feira, 11 de agosto de 2016

Relatório sobre programa de parcerias será votado no dia 22

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deve votar o texto no dia 22, às 16h. Ontem foi concedida vista coletiva do relatório de Wilder Moraes (PP-GO).

A MP 727/2016 teve o prazo de vigência prorrogado até 8 de setembro. O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão mista, que tem como vice-presidente o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

O programa foi criado pelo governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar mais ágeis as concessões públicas, eliminando entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista obras públicas de infraestrutura a serem executadas pelo setor privado. O programa, segundo o governo, garante segurança jurídica aos investidores, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

Wilder apresentou um substitutivo em que acolhe quatro emendas. Uma delas, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações no âmbito do PPI de estatais, como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa.

www.senado.leg.br/jornal